

XVIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFJF

Grande área:

Ciências Sociais Aplicadas

Projeto:

Interpretação e aplicação dos direitos sociais no Supremo Tribunal Federal: identificação de tendências

Autores:

PRISCILA CARVALHO DE ANDRADE (INSTALAÇÃO DE DOUTORES)
LUCAS AGUIAR DA SILVA (VIII PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR FAPEMIG/UFJF)
GUILHERME JACOB DE OLIVEIRA (VIII PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR FAPEMIG/UFJF)

WALESKA MARCY ROSA (ORIENTADOR)

Resumo:

A Constituição Brasileira de 1988 inovou ao reconhecer amplamente direitos sociais, destacando-se os direitos à educação, à saúde, ao lazer, dentre outros enumerados no art. 6º. Posteriormente, foram acrescentados por emenda os direitos à moradia e à alimentação. Tais direitos, exigindo prestação positiva, enfrentam obstáculos para sua aplicação, como a baixa densidade normativa e a escassez imposta pelos orçamentos públicos e teorizada pela reserva do possível. A teoria do mínimo existencial procura contribuir para superar tais obstáculos. O presente projeto se propõe a investigar, através da análise de decisões, como o STF vem lidando com a efetividade dos direitos sociais, com especial atenção para seu entendimento acerca da densidade normativa de tais direitos, escassez material e teoria do mínimo existencial, no período de 2000 a 2011. Até o momento, foram analisados os julgados prolatados no período de 2000 a 2004 referentes ao direito à saúde. Após revisão de literatura e levantamento de decisões do Supremo, obteve-se setenta e dois julgados, reduzidos a vinte e dois após exclusão daqueles que não guardavam pertinência com o fim almejado. Dentre estes, apenas sete se identificaram suficientemente com o objeto de pesquisa. Analisando-os, percebeu-se que, nos argumentos utilizados pelos ministros, não há explícita menção à baixa densidade normativa, reserva do possível ou mínimo existencial, havendo, contudo, apelo implícito a tais conceitos. Pode-se, até agora, dentre estas decisões, identificar na Corte a existência de tendência a não admitir o direito à saúde como portador de baixa normatividade. É possível perceber, ainda, recorrentemente, o entendimento de que a reserva do possível não pode ser tomada como argumento para inércia do Poder Público no que concerne à efetividade do direito à saúde, dada a sua essencialidade. Em quatro votos, reconheceu-se que o caráter programático do art. 196 da Constituição não pode converter-se em mera promessa, fraudando as

legítimas expectativas da coletividade. Mesmo não havendo menção direta ao mínimo existencial, conclui-se que os ministros consideram o direito à saúde como peça integrante do núcleo de direitos sociais exigíveis.